



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>10660.912729/2016-86</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	1402-007.231 – 1 <sup>a</sup> SEÇÃO/4 <sup>a</sup> CÂMARA/2 <sup>a</sup> TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	29 de janeiro de 2025
<b>RECURSO</b>	EMBARGOS
<b>RECORRENTE</b>	UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA ENCARREGADA DA LIQUIDAÇÃO E EXECUÇÃO DO ACÓRDÃO
<b>INTERESSADO</b>	INSTITUTO CLAUDIA MARQUES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO LTDA. E FAZENDA NACIONAL FAZENDA NACIONAL

**Assunto: Processo Administrativo Fiscal**

Ano-calendário: 2013

EMBARGOS INOMINADOS. INEXATIDÃO NA DECISÃO EMBARGADA. COMPROVAÇÃO.

Constatada a inexatidão material no Acórdão embargado, devem ser acolhidos os embargos para sanar o equívoco apontado.

DECISÃO PROFERIDA APÓS ADESÃO À TRANSAÇÃO. ANULAÇÃO DE ACÓRDÃO.

Acórdão prolatado após a adesão da contribuinte à transação tributária. Tendo sido o acórdão embargado prolatado após adesão à transação, já não havia litígio pendente de apreciação. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade,

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, acolher os embargos declaratórios opostos para, com efeitos infringentes, considerando caber à Administração Pública tornar nulo seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, anular a decisão embargada, tendo em vista sua prolação ter ocorrido após a adesão da contribuinte à transação tributária (PRLF), levando à perda do objeto e inexistência de litígio pendente de apreciação e determinar o retorno dos autos à Unidade de Origem para que as providências cabíveis sejam adotadas.

*Assinado Digitalmente*

**Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça** – Relatora

*Assinado Digitalmente*

**Paulo Mateus Ciccone** – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os julgadores Alexandre Iabradi Catunda, Mauritania Elvira de Sousa Mendonca, Rafael Zedral, Ricardo Piza di Giovanni, Alessandro Bruno Macedo Pinto, Paulo Mateus Ciccone (Presidente)

## RELATÓRIO

Trata-se de Embargos Inominados Unidade da administração tributária encarregada da liquidação e execução do acórdão, e-fl. 476, em face do Acórdão nº 1003-003.663, proferido pela então 3<sup>ª</sup> Turma Extraordinária em sessão de julgamento em 14/06/2023, que negou provimento ao recurso voluntário.

Fazendo um breve retrospecto dos fatos, trata o presente processo de compensação em que no Per/Dcomp foi informado crédito oriundo de saldo negativo de IRPJ (ano-calendário de 2013). Ocorre que tal compensação não foi homologada pois, segundo o parecer (fls. 368 e ss) que embasou o despacho decisório de fls. 371, o valor do direito creditório não teria sido confirmado.

Por sua vez, a 9<sup>ª</sup> Turma da DRJ07 julgou improcedente a manifestação de inconformidade apresentada pela Recorrente, cuja decisão restou assim ementada:

**DIPJ. RETIFICAÇÃO. COMPROVAÇÃO. DIREITO CREDITÓRIO. CONDIÇÕES.**

Com vistas à confirmação de direito creditório empregado em Per/DComp, as informações declaradas em DIPJ podem ser retificadas, mas isso não afasta o ônus do sujeito passivo de provar, por meio de sua escrituração e dos documentos que lhe suportam, a apuração do saldo de tributos no período informada na declaração retificadora.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. IMPARCIALIDADE. VERDADE MATERIAL.**

No processo administrativo o Estado é, ao mesmo tempo, parte e juiz. Tal desigualdade fundamental tem de ser compensada por uma atuação absolutamente imparcial. Por isso, a busca pela verdade material não autoriza o julgador a substituir os interessados na produção das provas.

## Manifestação de Inconformidade Improcedente

## Direito Creditório Não Reconhecido

Inconformada, a Recorrente apresentou recurso voluntário objetivando a reforma da decisão da DRJ. Tal recurso foi submetido a julgamento por esse Tribunal e houve a prolação do Acórdão nº 1003-003.663. A ementa segue reproduzida:

RETIFICAÇÃO DE DIPJ. ERRO DE FATO. PN Nº 2/2015. SÚMULAS CARF Nº 164.

A retificação da DIPJ, após a prolação do despacho decisório, não é impedimento para deferimento do pedido, desde que o contribuinte demonstre o erro, por meio de prova idônea (contábil e fiscal), conforme aplicação do Parecer Normativo COSIT nº 2/2015 e da Súmula CARF nº 164.

PER/DCOMP. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA LIQUIDEZ E CERTEZA DO INDÉBITO. ÔNUS DA PROVA.

Instaurada a fase litigiosa do procedimento, cabe a Recorrente produzir o conjunto probatório nos autos de suas alegações, já que o procedimento de apuração do direito creditório não dispensa a comprovação inequívoca da liquidez e da certeza do valor de direito creditório pleiteado, nos termos do art. 170 do Código Tributário Nacional.

RECURSO VOLUNTÁRIO. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS. POSSIBILIDADE.

É possível a juntada de documentos posteriormente à apresentação de manifestação de inconformidade administrativa, desde que os documentos sirvam para robustecer tese que já tenha sido apresentada e/ou que se verifiquem as hipóteses do art. 16 § 4º do Decreto nº 70.235/1972.

Ocorre que quando os autos foram remetidos à Unidade da administração tributária encarregada da liquidação e execução do acórdão (CONTPER-EQCRE-DEVAT06-VR), a seguinte informação foi prestada às e-fls. 476:

"Tendo em vista o pedido de transação controlado no DDA nº 13031198.439/2023-42 e em atendimento à Portaria PGFN/RFB nº 1, de 12/01/2023, Art 6º, §4º, que estabelece que "O requerimento de adesão apresentado validamente suspende a tramitação dos processos administrativos fiscais referentes aos débitos incluídos na transação enquanto o requerimento estiver sob análise", retorno os autos ao CARF, uma vez que o Acórdão de Recurso Voluntário foi expedido posteriormente à data da solicitação de adesão".

Portanto, o acórdão embargado teria sido prolatado (sessão de julgamento 14/06/23) após a adesão da contribuinte à transação (Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal – PRLF - informação às e-fls. 454), sem considerar tal informação o que caracterizaria inexistência material devida a lapso manifesto.

Nesse contexto, essa informação foi recebida pelo CARF como Embargos Inominados às e-fls. 482-484, com fundamento no art. 116, §1º, c/c art. 117, caput, ambos do

Anexo do RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 1.634, de 21/12/2023, para fins de que seja proferido um novo acórdão para correção da inexatidão material apontada.

Ressalte-se que, após o recebimento dos presentes embargos inominados, o contribuinte carreou aos autos os documentos às 488/498 informando que, por intermédio do DESPACHO DECISÓRIO - GRUPO DE TRABALHO PRLF 2023 - RF06, foi DEFERIDO seu o Pedido de Transação formalizado.

Em seguida, os autos foram encaminhados (e-fls. 485) a esta Conselheira/Relatora para prosseguimento da análise e julgamento dos presentes embargos inominados.

É o relatório.

## VOTO

Conselheira **Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça**, Relatora.

A admissibilidade dos Embargos já foi objeto de análise por intermédio do Despacho prolatado às e-fls. 482-484.

No caso de Embargos Inominados, o que se busca é a correção de inexatidão material, devida a lapso manifesto, e de erros de escrita ou de cálculo. São questões objetivas, sobre as quais normalmente não pairam dúvidas.

Conforme já relatado, trata-se de Embargos Inominados opostos pela Equipe de Execução do Direito Creditório de Contencioso da 6<sup>ª</sup> Região Fiscal (CONTPER-EQCRC-DEVAT06-VR) informando que, em data anterior (informação de 31/05/23, e-fls. 455) ao julgamento do recurso voluntário (datado de 14/06/23, e-fls. 456-469), o contribuinte apresentou pedido de transação fiscal (informação às e-fls. 454) fundamentado na Portaria Conjunta RFB/ PGFN nº 1, de 12/01/2023, controlado no PAF nº 13031.198439/2023-42.

Assim, conforme constou no despacho de admissibilidade dos presentes embargos, em 30/03/2023 (termo de e-fls. 4 do PAF nº 13031.198439/2023-42), o contribuinte solicitou a adesão a transação dos débitos objeto das compensações não homologadas, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1/2023, resultando na necessidade de sobrerestamento do feito enquanto o requerimento de adesão à transação estiver sob análise, consoante art. 6º, §4º e art. 7º:

Art. 6º

(...)

§ 4º O requerimento de adesão apresentado validamente suspende a tramitação dos processos administrativos fiscais referentes aos débitos incluídos na transação enquanto o requerimento estiver sob análise.

[...]

Art. 7º A formalização do acordo de transação constitui ato inequívoco de reconhecimento, pelo contribuinte, dos débitos transacionados e importa extinção do litígio administrativo a que se refere.

Destarte, de fato, uma vez comprovada nos autos a apresentação de requerimento de adesão do contribuinte no referido no PRLF para o presente processo (e-fls. 7 do PAF nº 13031.198439/2023-42), a suspensão da tramitação do processo em questão deveria ter sido efetivada, encaminhamento que deveria ter sido adotado pelo colegiado prolator do acórdão embargado.

Logo, levando-se em conta que o contribuinte incluiu o débito, oriundo de compensação não homologada, em momento anterior à prolação da decisão embargada, no Pedido de Adesão à Transação Tributária do Programa de Redução de Litígio Fiscal (PRLF), que encontrava-se sob análise, nos termos do Art. 6º, § 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2023 o respectivo processo administrativo fiscal deveria ter o seu trâmite suspenso, à luz do que dispõe o Art. 6º, § 4º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 2023.

Inclusive, este Tribunal tem decidido que o acórdão embargado, proferido após adesão à transação pelo contribuinte, deve ser anulado e o curso do processo administrativo suspenso nos termos do termos do § 4º do art. 6º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 2023:

EMBARGOS INOMINADOS. SANEAMENTO DE INEXATIDÃO MATERIAL. ACOLHIMENTO. Considerando a previsão normativa que determina a suspensão do trâmite do PAF em razão da inclusão dos respectivos débitos em pedido de transação, a não observância deste rito, com o consequente julgamento do recurso especial, constitui lapso manifesto que deve ser saneado por meio de embargos inominados, com efeitos infringentes, para anular o acórdão. (Acórdão nº 9101-007.189 – CSRF/1ª TURMA, Relator: Luis Henrique Marotti Toselli, Data da Sessão: 03/10/2024)

Sendo assim, houve, sim, equívoco quanto da prolação do acórdão embargado que deveria ter levado em consideração a apresentação nos autos, pela Recorrente, de requerimento comprovando sua adesão no PRLF para o presente processo (e-fls. 7 do PAF nº 13031.198439/2023-42).

Porém, há nova informação nos autos (e-fls. 488/498): o referido o Pedido de Adesão à Transação Tributária do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, previsto na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2023 (datado de 30/03/2023), foi DEFERIDO ante o cumprimento as obrigações atinentes ao sujeito passivo previstas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2023, conforme faz prova o DESPACHO DECISÓRIO - GRUPO DE TRABALHO PRLF 2023 - RF06 (e-fls. 495/498).

Dessa forma, não há razão para suspensão do trâmite do presente processo, mas, sim para o não conhecimento do Recurso Voluntário interposto, considerando ter o contribuinte

demonstrando, ainda que, tacitamente o desinteresse na continuidade no litígio por sua adesão à transação tributária, que inclusive, já foi devidamente deferida.

Logo, o acórdão embargado deve ser anulado ante a perda de objeto do recurso voluntário, não só por sua adesão ao PRLF, mas, também porque já houve o deferimento do referido pleito. Assim, nos termos da mencionada Portaria Conjunta, não havia litígio pendente de apreciação pela Turma, de sorte que o Recurso Voluntário não poderia ter sido conhecido.

Ressalte-se que o art. 53 da Lei nº 9.784, de 1999, aplicável subsidiariamente ao Processo Administrativo Fiscal Federal, prescreve que a “Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos”.

Nesse mesmo sentido, o CARF tem se pronunciado:

“DECISÃO PROFERIDA APÓS ADESÃO À TRANSAÇÃO. ANULAÇÃO DE ACÓRDÃO. Acórdão prolatado após a adesão da contribuinte à transação tributária. Tendo sido o acórdão embargado prolatado após adesão à transação, já não havia litígio pendente de apreciação. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade. (Acórdão nº 1301-007.446, Nome do Relator: Rafael Taranto Malheiros, Data da Sessão: 15/08/2024).

Nesse contexto, entendo que o acórdão embargado (Acórdão nº 1003-003.663), deve ser anulado, de forma que o Recurso Voluntário não deve ser conhecido em razão da perda de seu objetivo ante o deferimento, pela autoridade administrativa competente, do o Pedido de Adesão à Transação Tributária do Programa de Redução de Litigiosidade Fiscal - PRLF, previsto na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01/2023, formalizado pela Recorrente.

Oriento meu voto no sentido de acolher os Embargos Inominados, com efeitos infringentes, de maneira a anular o acórdão embargado, considerando caber à Administração Pública tornar nulo seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, anular a decisão embargada, tendo em vista sua prolação ter ocorrido após a adesão da contribuinte à transação tributária (PRLF), levando à perda do objeto e inexistência de litígio pendente de apreciação, e determinar o retorno dos autos à Unidade de Origem para que as providências cabíveis sejam adotadas.

*Assinado Digitalmente*

**Mauritânia Elvira de Sousa Mendonça**